

VII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH / RJ
COMUNICAÇÃO LIVRE

Pelas veredas da capital

Magalhães Corrêa e a invenção formal do *sertão carioca*

Carlos Eduardo Barbosa Sarmento

A sociedade brasileira vivenciou, nas primeiras décadas do século XX, um processo vertiginoso de aceleração do ritmo de transformação de suas estruturas constitutivas e cognitivas. O impacto da superação das formas de trabalho servil e o ingresso efetivo de crescentes segmentos sociais no universo das relações capitalistas de produção propiciou, nos principais centros urbanos do país, um completo reordenamento das relações sociais e do universo referencial destas populações. Configurava-se então, aos olhos das elites urbanas, um modelo de percepção de uma nítida dicotomia entre um *Brasil Atlântico*, portos e portas abertas às ondas dos mares das transformações, e um *Brasil Sertanejo*, que, muito mais que a partir de um limite territorial, era distinguido por uma autêntica e radical diacronia. Através da demarcação destes campos sustentava-se a prevalência dos discursos modernizadores no país, verdadeiras profissões-de-fé da religião das luzes, do culto à redenção pelo progresso racional. Para além da visão ufanista de uma restauração progressista da sociedade brasileira, firmava-se a percepção da necessidade de se assimilar, formal ou efetivamente, a alteridade civilizacional que encontrava-se implantada no coração da pátria. Os vapores das cidades impulsionavam o país, mas o itinerário era por demais confuso e problemático devido à flagrante descontinuidade nos trilhos do progresso.

Incorporada a programas políticos, como o da administração Rodrigues Alves, a proposta de expandir os limites da civilização no Brasil para tornar sua propagação mais homogênea engendrou condições para toda uma redefinição do discurso acerca das formas possíveis de interação com a detectada barbárie. Necessitava-se estabelecer nas matrizes do pensamento social brasileiro um paradigma consensual, que pudesse propiciar o instrumental necessário para a construção de alternativas para o pleno

desenvolvimento da sociedade brasileira. Neste sentido, a intelectualidade brasileira já havia encontrado uma estratégia discursiva possível para a inteligibilidade do fenômeno da alteridade civilização-progresso desde as décadas finais do século XIX. Principalmente a partir da produção da chamada *geração de 1870*¹, formularam-se diagnósticos compreensivos acerca da diversidade da formação social brasileira, nos quais se fundava o eixo distintivo entre tradição e progresso nas estruturas da sociedade nacional. No jovem Sylvio Romero esta análise sistematizava uma crítica radical ao formalismo tradicional e seu anacronismo, apontando para um programa inclemente de renovação científica da sociedade, negando assim a possibilidade de compreensão de tudo aquilo que era tomado por “atrasado” e “arcaico” em prol de um célere processo de modernização. No entanto, a febre da submissão do arcaico confrontar-se-ia com suas contradições de forma cruenta nas paragens áridas do arraial de Canudos em 1897 e, posteriormente, nos ermos da região do Contestado entre 1912 e 1916. Emergia então uma nova problemática axiológica ao paradigma já então consagrado: como estabelecer os limites efetivos da eficácia da instauração do progresso nos meios arcaicos? Urgia a formulação de um novo estatuto para aquilo que não pudesse mais ser enquadrado tão-somente como “bárbaro”. Necessitava-se então reconhecer e compreender esta alteridade.

A publicação de *Os Sertões* em 1902² caracterizaria de maneira exemplar esta inflexão no pensamento social brasileiro. O texto de Euclides da Cunha, redigido a partir de notas tomadas no próprio teatro de operações da campanha militar contra o povoado de Canudos, encerrava em si mesmo a confusa e dolorosa dialética do progresso. Utilizando-se com maestria de toda a argumentação que embasava os discursos que propalavam a vitória das luzes sobre as trevas do arcaísmo, Euclides explicita as contradições internas deste ideário, evidenciando os limites de sua universal aplicabilidade. Afinal, a partir de que referenciais teóricos poder-se-ia compreender e explicar os métodos brutais utilizados pelas forças armadas republicanas, legítimas portadoras dos estandartes da modernidade, em seu combate contra as forças da tradição e do atraso? Onde localizar com acuidade o barbarismo? Em meio a um tom geral de desencanto, a um passo da iconoclastia, Euclides altera o foco de sua análise e lança-se,

¹ Sobre a atuação deste grupo ver BARROS, Roque Spencer M. de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, FFCL/USP, 1959, OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990 e VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

com seus referenciais de uma moderna erudição, à investigação do outro civilizacional. Não mais traça-se a ode à República e ao progresso, que terminam por ser representados em tom de elegia, mas emerge um retrato seco, duro e árido do processo de auto-geração da alteridade e da exclusão no interior do sertão nordestino. O próprio título definitivo do trabalho insinua o trajeto diverso assumido pelo autor. Fixa-se então a representação de uma contradição a qual não se poderia de forma alguma escapar. Na aceitação da força do sertanejo encontra-se a redefinição simbólica dos vetores da dicotomia que enformava o modelo vigente de compreensão da sociedade brasileira.

A inauguração em *Os sertões* de uma nova matriz interpretativa do fenômeno da diversidade social brasileira propiciaria condições para uma gradativa readequação dos discursos sobre a questão. Embora não se abandonasse inteiramente a crença na perspectiva evolucionista e na existência de um *telos* civilizatório a ser atingido, abria-se a possibilidade para a inteligibilidade das distinções para além do simples reducionismo às escalas de evolução ou aos implacáveis postulados do spencerianismo e de seu *struggle for life*.³ Tentava-se caracterizar, com a utilização de um instrumental teórico “evoluído”, tributário das inovações europeias, as especificidades dos contingentes populacionais afastados dos núcleos civilizados do país. Procurava-se desta maneira compreender suas especificidades, indicando inclusive a importância destes elementos para a amálgama da sociedade brasileira do século XX. Diametralmente distinta da proposta reducionista implícita nas argumentações compartilhadas pelos intelectuais da geração anterior, a interpretação de Euclides da Cunha propiciava uma nova forma de saber e conformava um novo objeto de investigação racional: o sertão. Afastava-se também assim da matriz romântica do sertanejo construído pelo romantismo regionalista de José de Alencar e de Gonçalves Dias, procurando despir este objeto de toda a sobretexualidade imposta pelas visões idílicas oitocentistas.⁴

O cânone euclidiano, estabelecido a partir da publicação de sua obra maior, seria consolidado por gerações subseqüentes que direcionariam seus interesses para o processo da *Redescoberta do Brasil*, que nas décadas de 1920 e 1930 tomaria forma no

² CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1902. Utilizamos neste trabalho a edição de 1979 da Editora Abril Cultural.

³ sobre o tema ver VENTURA, Roberto. *Op. Cit.*

⁴ sobre o conceito de sobretexualidade, compreendido enquanto as diferentes interpretações subseqüentes de um texto erroneamente incorporadas ao sentido do texto original, ver BARRETO, Luis Felipe. *Caminhos do saber no Renascimento português* (estudos de história e teoria da cultura). Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

multifacetado movimento modernista e nos discursos acadêmicos das nascentes ciências sociais brasileiras. Ficcionistas de linhagens e conformações ideológicas distintas como Mário de Andrade e Cassiano Ricardo comungariam do anseio de compreensão da verdadeira brasilidade imersa no interior do país. Os esforços de racionalização de Sérgio Buarque de Holanda acerca da formação histórica do Brasil também encontram-se alinhados a este movimento geral de redimensionamento da problemática dicotomia campo/cidade, litoral/sertão. Tais indícios apontam para a conformação de um eixo semântico estabelecido para a simbolização cognitiva das diferenças demarcadas por esta dicotomia. A construção discursiva do sertão e sua legitimação enquanto referencial intelectual evidencia o processo dialógico de conformação dos contextos sócio-culturais enquanto explicitação da chamada intertextualidade. Conforme indica Dominick LaCapra⁵, a relação texto/contexto não se pauta por uma mera perspectiva reflexiva, uma vez que o contexto é enformado pelo conjunto de textos que constituem o universo de possibilidades argumentativas de um determinado período histórico. Compreender a dinâmica do debate intelectual à luz das tensões sociais demanda uma postura teórico-metodológica que privilegia a circulação dos textos e o estabelecimento de novos corpos discursivos:

*Uma inversão proveitosa das perspectivas propria o texto, com sua complexidade intrínseca, como um modelo às vezes melhor para a reconstrução do “contexto maior”. A relação entre texto e contexto se tornaria, então, um problema de leitura “intertextual”, a qual não se pode remeter com base em excessivas simplificações reducionistas que convertem o contexto em uma estrutura plenamente unificada ou dominante, saturando o texto com um certo significado.*⁶

A emergência das preocupações sobre o sertão e dos discurso da *sertanidade* se estrutura a partir da mútua referenciação⁷ em torno de um cânone estabelecido, a obra euclidiana. O diálogo entre os textos engendra a possibilidade de diferentes

⁵ Especialmente em LaCAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. New York, Ithaca, 1983. pp. 113-117.

⁶ LaCAPRA, Dominick *apud* KRAMER, Lloyd S. *Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra* in HUNT, Lynn (org.) *A nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992. p. 156.

interpretações acerca do fenômeno, que no entanto é conformado e delimitado pelos textos que circulam em um ambiente orientado pela lógica fundadora de Euclides da Cunha, definindo assim seu universo referencial. Neste artigo procuraremos analisar uma construção específica da representação do modelo de sertão pós-Euclides, analisando as transformações efetuadas na caracterização do objeto e no próprio sentido imputado ao mesmo pelo autor em questão. Tomamos assim o texto das crônicas de Magalhães Corrêa sobre a zona rural carioca, publicadas entre 1931 e 1932 nas páginas do *Correio da Manhã*, nas quais se procurou efetuar a delimitação e estabelecer a representação simbólica de um *Sertão Carioca*.

Devemos inicialmente melhor situar o texto e o autor em questão. Magalhães Corrêa era um naturalista autodidata, especializado em taxologia e que exercia o cargo de conservador na seção de História Natural no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro. Desenhista amador, adestrou-se para a representação gráfica dos espécimes da flora e da fauna que compunham o acervo do museu, tendo sido inclusive premiado por suas ilustrações a bico de pena. Em 1929, entusiasmado com a possibilidade de pesquisar e documentar os espécimes da flora ribeirinha carioca, comprou uma pequena chácara em Jacarepaguá, para onde se dirigia com a família nos finais de semana. O convívio com a população local e com uma realidade cotidiana inteiramente distinta da conhecida nas regiões centrais do então Distrito Federal, levaram Corrêa a adotar a região rural carioca como residência fixa, passando a compor um curioso diário sobre o estranhamento provocado pela dinâmica da região, até então desconhecida para ele. Verdadeira caderneta de campo de um etnógrafo amador, as notas de Corrêa serviram de base para uma série de artigos que passaram a ser publicados regularmente, a partir de 1931, no jornal carioca *Correio da Manhã*. Diante da deslumbrante paisagem das terras alagadiças da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes e da percepção da forma de estruturação das populações em sistemas organizativos tipicamente rurais, Magalhães Corrêa estabeleceu um critério interpretativo deste quadro como o de uma “realidade” tipicamente sertaneja, distinta da que a ele se apresentava nas demais regiões da cidade do Rio de Janeiro à época. Não se furtando à comparações, denunciaria no próprio título de seus artigos a matriz epistêmica à qual se referenciava para a delimitação de seu objeto: *Sertão Carioca*.

⁷ sobre o tema ver CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília, Ed. UNB, 1996

Em 1933, Ramiz Galvão, diretor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acataria as indicações de Ricardo Palma e Roquette Pinto e providenciaria a publicação de uma edição coligida dos textos de Magalhães Corrêa no número 167 da Revista.⁸ Índice inquestionável do reconhecimento da importância do texto pelos meios acadêmicos legitimados do período, a edição do livro contou com a direção do próprio autor, que ainda ilustraria o volume com alguns de seus desenhos sobre a região. O texto apresenta-se organizado em duas partes complementares: o meio físico e a ação humana. Nos primeiros capítulos Corrêa dedica-se a estabelecer os termos geográficos da região por ele definida como sertão. Somente após ter caracterizado a especificidade “natural” do espaço em questão, trata o autor de povoá-lo, descrevendo a organização social das comunidades e o cotidiano dos sertanejos. Uma vez mais a influência do referencial euclidiano se faz perceber. Mesmo sem os recursos teóricos e a erudição do cronista de Canudos, Magalhães procura evidenciar que a caracterização básica do espaço sertanejo se dá na interação específica entre o homem e o meio. Esboçando uma perspectiva condicionante, o autor tenta evidenciar a importância do meio para a existência das populações no sertão, destacando as formas primitivas de interrelação destas com o espaço natural, apontando para a cultura de subsistência como forma principal de ação destas populações.

Evidenciar a princípio as pré-condições geográficas da região analisada também caracteriza-se como uma estratégia discursiva que tende a frisar os vetores da alteridade na argumentação do autor. A natureza descrita por Magalhães Corrêa parece ter sido decalcada dos romances do século XIX. O exotismo e o deslumbramento são intermeditados pela percepção de uma “qualidade”, de um “sabor típico” marcadamente locais. O argumento básico desta forma de apresentação é de fácil compreensão. Nada mais contrastante que o esplendor da natureza diante do espaço urbano ocidentalizado da capital do país. Identifica-se então um passado coexistindo com o presente de forma bastante próxima, e ao mesmo tempo imiscível. Este estranhamento, que encaminha-se para a fascinação, parece ter sido o ponto mais apreciado pelos leitores da elite carioca da década de 1930. Observava-se então a Baixada de Jacarepaguá como se fosse um espaço mítico que estivesse preservado em

⁸ CORREA, Magalhães. *O Sertão Carioca* número 167 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936. Utilizamos neste trabalho a edição fac-similar de 1976 publicada no número 5 da *Coleção Memória do Rio* da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

seu passado, portanto, mais próximo ao seu estado natural original. Ricardo Palma, ao recomendar o texto, exaltaria a visão rústica do contraponto sertanejo:

*Quantos cariocas saberão, por ventura, que a três ou quatro horas do centro urbano, ainda se encontram onças, entre elas a sussuarana e a jaguatirica, e capivaras, e estranhos símios, entre os quais o guariba que há muitos anos Emílio Goeldi já dava como raridade nas serras de Teresópolis (...) Tudo por ali é um vasto mundo ainda virgem, com um homem ainda meio primitivo, vivendo da caça, da pesca, do fruto silvestre, em rancho à beira do brejo ou na mata, solitário com os seus cães, a sua quase piroga, o seu pau de fogo, irmão do bacamarte, a sua rede, a sua tarrafa, o seu facão, a sua panela de barro, o seu moquem.*⁹

Roquette Pinto também enfatizaria seu entusiasmo com a obra, afirmando no prefácio de 1933 os vínculos que remeteriam o sertão carioca aos mitos de origem do Brasil:

*A duas horas do Palácio Monroe ainda hoje fazem farinha de mandioca no sertão da Guaratiba, empregando o tipity, igualmente aos que em 1500 serviam para espremer a massa da many. Quer, por ventura, isso dizer que a nossa terra ficou ancorada no atraso daquele século? Nunca, a sobrevivência prova, apenas, que a cidade de maravilha tem sabido crescer e dominar, sem renegar a sua origem.*¹⁰

Este tipo de representação, que detecta o estranhamento, procura identificá-lo e o assimila pelo vetor compreensível da situação na escala evolutiva do progresso, segue em linhas gerais a proposta interpretativa consagrada por Euclides, mas distingue-se desta ao erigir uma visão idílica do objeto e ao não reconhecê-lo como algo

⁹ CORREA, Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1976. pp. 12-13.

¹⁰ *Idem*. p.8.

fundamentalmente distinto, como radical alteridade. A busca do mesmo, neste sentido, define uma reinterpretação voluntária do cânone euclidiano, construindo para o objeto um novo sentido. Desta forma, como poderemos observar mais atentamente adiante, Magalhães Corrêa estabelece o sertão em um outro patamar compreensível, adequando-o a uma linguagem simbólica que vai referendar um discurso de caráter eminentemente conservador, que sustenta uma singular proposta organizativa para a sociedade brasileira dos anos 1930.

Seguindo, portanto, uma matriz que grassava nas interpretações sobre o espaço geográfico da América Portuguesa desde os finais do século XVIII, o autor procura definir os contornos da região a partir de uma delimitação apreendida da natureza. A exuberância do meio físico estabelecia os limites de distinção entre o mundo urbano e o ambiente sertanejo. Se a natureza é assim representada como fator de determinação essencial das diferenças perceptíveis, a inserção do elemento humano no texto se dá através de uma estrutura discursiva que apresenta classificações próximas as das antigas corporações de ofícios. Antes de observar a ocupação do homem no território e a formação dos povoados que demarcavam a paisagem do *sertão carioca*, Magalhães Corrêa opta por caracterizar o elemento humano a partir das funções por eles desempenhadas no interior de seu habitat. Desta maneira, procura criar uma metodologia com bases pretensamente rigorosas para a tipificação das populações. Como bom taxiólogo, Corrêa preocupa-se em definir, especificar e descrever os tipos singulares, criando assim possíveis categorias organizacionais do conhecimento acerca dos fenômenos sociais. Podemos assim filiá-lo a uma das tendências balizadoras dos primórdios das ciências sociais no Brasil: a matriz organológica, pela qual se pautaram Manuel Bonfim, Sylvio Romero e mesmo Alberto Torres.¹¹

Introduzindo aquela que seria a segunda parte de seu texto, e seguindo assim o itinerário de *Os Sertões*, Corrêa constrói pequenos capítulos tratando separadamente de cada uma das atividades humanas desempenhadas no ambiente sertanejo. Temos assim a caracterização dos pescadores, agricultores, avicultores e de artesãos como os cesteiros, os tamanqueiros e os tecelões de redes para a pesca. Acompanhando a caracterização inicialmente esboçada da definição do “sertão” através da interação e da integração do homem e do meio físico, o autor procura apresentar comunidades

¹¹ ver ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1985.

dedicadas a atividades intimamente vinculadas à natureza local. Emerge a imagem de uma sociedade que parece atuar em complementaridade ao ambiente natural, exercendo atividades que podem ser caracterizadas como uma rudimentar economia rural de subsistência. Esta configuração confere ao ambiente analisado um caráter autônomo em relação à sociedade urbana brasileira do período. A vida do sertanejo poderia ser definida e delimitada exclusivamente em sua relação com o meio ambiente, dele retirando seu sustento ou inserindo-se em um mercado interno de bens adequados às necessidades das comunidades locais. Esta auto-suficiência imaginada pelo autor reforça a tese de que o “sertão” se instaurava como um universo aparte, com dinâmica própria, muito mais vinculado a um passado mítico de perfeita sintonia entre o homem e o mundo natural.

A representação construída pelo texto torna-se mais evidente através da simbolização de um homem que existe enquanto entidade que se realiza e se satisfaz na interação com a natureza. Daí emerge uma visão idealizada desta relação e do próprio homem sertanejo, figuração esta central para o desenvolvimento de todo o texto. A imagem mágica deste *sertão carioca* pode ser melhor sintetizada por uma passagem que expressa a forma de inserção do narrador/observador participante, estupefato com o meio idílico/tradicional:

“A vida aí é agradável. Passei o dia de Santo Antônio em companhia da minha família e da do meu amigo Luís Ribeiro. Durante o dia passeios a cavalo aos sítios próximos. A criançada divertiu-se no rio. À tarde, jogou-se peteca e assim se passou o dia.

À noite, a tradicional fogueira, soltaram-se fogos e não faltaram o melado, o aipim, a batata, o milho, a canjica. A criançada, louca de alegria, saltava a fogueira, comia e gritava. Como é feliz a mocidade...

Balões atravessavam o espaço e, ao longe, foguetes espoucavam, numa noite poética de luar. De vez em quando,

*chegavam sons de violões e cânticos sertanejos, dos sitiantes
mais distantes, fazendo recordar os tempos passados.”*¹²

O cenário construído por Corrêa parece pertencer a uma das páginas da prosa romântica oitocentista. Maravilhado com o espaço que o cerca o narrador contempla signos alheios ao seu cotidiano. O luar sertanejo é mais poético e nas suas matas verdejantes o prazer simples do ócio é permitido. Vindos de distância indistinguível, vozes amistosas e sons de um instrumental simples evocam atmosferas singelas e primitivas. O prazer dos banhos de rio, das fogueiras, das comemorações desprovidas de pompa é acompanhado pela culinária descompromissada do melado, da canjica e da batata assada. Surpreende-nos então a pena do autor não se deter diante da exclamação prazerosa, mas ao mesmo tempo nostálgica, de que a mocidade guarda melhores e maiores alegrias. A princípio podemos interpretar esta observação como um comentário diretamente vinculado à descrição das brincadeiras infantis que presencia, mas no entanto o sentido do deslocamento é distinto. Ao terminar o parágrafo, Corrêa conclui que todos aqueles encantamentos fazem-no se recordar de tempos passados, idade mítica em que se julgava mais feliz. Esta nostalgia de um passado imaginado contribui para a qualificação do sertão como espaço idílico vinculado diretamente à noção de uma era áurea outrora perdida. A idealização das relações do homem com o meio sertanejo contribui para a edificação de uma interpretação que qualifica o ambiente como o modelo de um espaço edênico, o paraíso perdido no processo civilizatório. Desta forma, o autor afasta-se radicalmente do cânone euclidiano e começa a construir o seu modelo de sertão, abandonando os paradigmas científicos de análise e assumindo uma linguagem, em grande medida alegórica, que elabora uma representação idealizada deste espaço humano e físico específico.

O texto pode ser então observado como um projeto de edificação de uma matriz referencial para a sociedade brasileira, de caráter essencialmente rural e politicamente conservadora, a partir da idealização de um espaço pretensamente objetivo definido como sertão carioca. Dentro desta proposta um dos primeiros cuidados tomados pelo autor é o da qualificação de um homem de características rosseaunianas nas periferias da capital federal brasileira em plena década de 1930. O

¹² CORREA, Magalhães. *Op. Cit.* p.192.

retrato do sertanejo é basicamente desprovido de mazelas. Trata-se de um homem rústico e simples, com sua sabedoria prática ressaltada, perfeitamente adequado ao seu meio, mas radicalmente distinto da sociedade ocidentalizada e civilizada das grandes cidades. Corrêa lastima que os habitantes do Distrito Federal possam conviver nas proximidades da região dita sertaneja

*“... sem compreender e sentir a alma dessa gente leal,
hospitaleira, de têmpera férrea, que aí vive e trabalha.”*¹³

No entanto é indisfarçável a visão de inferioridade lançada sobre alguns hábitos e costumes locais, tidos como abomináveis, mesmo quando representados através de um filtro de idealizações. Nestes lapsos explicita-se a alteridade radical e quebra-se momentaneamente a cadeia que pretende vincular a civilização das cidades ao seu passado idílico. Um exemplo gritante pode ser identificado no relato quase etnográfico das religiões praticadas no *sertão carioca*. Embora não evidencie muita atenção às igrejas católicas e de confissão protestante, que arregimentam seus fiéis entre a população sertaneja, o autor se detém longamente em uma avaliação pormenorizada e altamente preconceituosa das práticas de cultos afro-brasileiros pelos habitantes da região. Inicialmente é descrito o impacto provocado pelo contato direto com elementos que indicam tais práticas religiosas, como se fosse confrontado um indício de uma diversidade extrema:

“Nas encruzilhadas dos caminhos, estradas e ruas de Jacarepaguá, amanhece de sexta para sábado este fetiche. Os sabidos aproveitam quando se trata de parati, dinheiro ou charuto, o que já foi presenciado mais de uma vez por mim, sem nenhum receio de malefício, pois dizem que só faz efeito à pessoa designada.”

O contato com as oferendas para os orixás e a audição de atabaques e cânticos sincopados são alguns dos elementos que direcionam o autor para uma reflexão acerca

¹³ *Idem*. p.205.

da prática de religiões de origem africana nos povoados de Jacarepaguá e Vargem Grande. Coletando informações de fontes variadas, descreve a cosmogonia e a hierarquia do candomblé, avalia o sincretismo presente na umbanda e classifica todos estes cultos sob a rubrica genérica de macumba. Tais manifestações são interpretadas como um sinal do atraso cultural de segmentos da população sertaneja, sendo inclusive levantada a proposta de efetiva repressão destas práticas, por estarem elas imbuídas de charlatanismo.

*“O espiritismo é praticado por tipos sem escrúpulos que dizem não ganhar, mas recebem dinheiro para fazer o bem a seus protegidos, fórmula para coonestar a sua profissão. Fazem toda a sorte de curas, até praticam a ginecologia em pobres inexperientes, verdadeiros curandeiros, e o povo, quanto mais humilde, mais nele confia.”*¹⁴

A defesa da perspectiva intervencionista das forças civilizatórias é justificada como forma de redenção de um povo dos entraves culturais a ele impostos. Desta maneira, tudo aquilo que escapa ao modelo de idealização do homem sertanejo é visto por Magalhães Corrêa como altamente prejudicial, indicando o extremo zelo que o autor parece demonstrar pela preservação das “características essenciais” do sertanejo. Os cultos afro-brasileiros, sinais e instrumentos de propagação de um comportamento tido por desviante, são argüidos através de uma argumentação sólida e coerente, para serem postos no rol das práticas nocivas ao homem e ao meio, como a queimada e o desmatamento. Na interpretação apresentada por Corrêa tais elementos contribuiriam para a desequilíbrio de um universo idealizado:

*“A macumba é a religião dos malandros cariocas, da classe inculta, cujo fervor está em razão direta de seu atraso. Rito espiritualista, misto de catolicismo, fetichismo africano e superstição indígena, verdadeira adaptação louca do jujuismo praticado no candomblé.”*¹⁵

¹⁴ *Idem.* p.208.

¹⁵ *Idem.* p.217.

A razão desta atenção especial dedicada à construção de uma imagem idílica do ambiente sertanejo e à preservação deste espaço singular pode ser explicada como uma proposta de identificação do “sertão” como a matriz primeva da brasilidade. Corrêa esforça-se em buscar no cânone euclidiano a categorização do homem sertanejo como entidade singular para poder adequar as imagens evocadas a partir do contato com a região da Baixada de Jacarepaguá aos ícones construídos em torno do novo estatuto intelectual da “realidade” sertaneja. Diferentemente do escriba de Cantagalo, Magalhães Corrêa traça um retrato marcado por cores impressionistas e por uma sensibilidade romântica, ausente das páginas de *Os Sertões*, que confere ao meio e ao homem do sertão uma vinculação direta com os caracteres atávicos que definiriam a identidade do povo e da terra brasileiros. Tal identificação perpassa todo o texto, como um baixo contínuo que não permite que o mote central se perca:

*“Nesse ambiente bem brasileiro, e um tanto isolado, impera ainda a alma pura dos nossos caboclos. Tudo lembra o que é nosso, os tipos e costumes.”*¹⁶

Uma vez mais há a evocação de uma representação de um passado ideal para situar o universo sertanejo e para assim qualificá-lo. O isolamento do homem no sertão favoreceu para que este não perdesse suas características definidoras ao longo da escala evolutiva do tempo. Preservado em sua inocência original, este arquétipo do bom selvagem seria ainda o portador de muito daquilo que teria se desagregado ao longo dos séculos pelo processo de desenvolvimento pelo qual passou a sociedade urbana brasileira. A chamada “alma pura de nossos caboclos” nada mais seria que uma evocação a uma matriz originária da essência da identidade nacional. Em uma perspectiva historicista transversa e simplista, no sertão o Brasil ainda seria como fora há quatro ou cinco séculos, estando portanto mais próximo de uma “verdade” original, de uma fonte básica a partir da qual teriam se desenvolvido e se adaptado os sinais da identificação nacional, da “raiz brasílica”. Desta forma, o sertanejo poderia ser entendido como a “rocha viva da nacionalidade”, encerrando assim a busca intelectual que Euclides da Cunha engendrara nos últimos anos de sua vida. No entanto, percebe-se

toda uma mitificação construída voluntariamente por Corrêa, no sentido de perceber o sertanejo do século XX como uma reminiscência de um único núcleo gerador para todo o processo de formação étnica e cultural do país. Para alcançar tal formulação foi preciso, no entanto, que se promovesse o expurgo das influências estrangeiras presentes na configuração sócio-cultural do sertanejo, quer sejam européias ou africanas. Uma vez mais há no texto um ocultamento deliberado de índices que não encontram lugar na argumentação básica de Magalhães Corrêa.

Pode-se rastrear ao longo de todo o livro passagens inteiras em que se promove a valorização de artefatos e manifestações culturais que caracterizam a região observada pelo autor como sendo ícones da brasilidade. Tal processo de identificação engloba desde a culinária rústica ao artesanato nativo, integrando-os pelo signo de representarem *coisas nossas*:

*“Logo a seguir, a venda do Lulu Dantas, com alpendre, à beira da estrada, de aspecto bem nosso, cercada de bougainvilles nas partes laterais, sempre em flor purpúrea.”*¹⁷

Esta argumentação embasa um tom marcadamente saudosista e sustenta uma proposta preservacionista e conservadora, que abarca desde o esforço pela manutenção do ambiente sertanejo tal e qual ele se apresentava ao autor:

*“No continente, na Barra da Tijuca, há um restaurante, com aspecto dos da cidade, isto é, burguês em tudo: na construção, no serviço e nos donos. Não será possível construir-se hotel, bar ou albergue, com caráter essencialmente rural? Construções de pedra, com aspecto campestre, fisionomia rural, bem rústico, com conforto e bem nosso?”*¹⁸

Como também uma completa redefinição do perfil sócio-político e econômico da sociedade brasileira:

¹⁶ *Idem.* p.60. O grifo não se encontra no original.

¹⁷ *Idem.* p.180. O grifo não se encontra no original.

*“O problema fundamental do Brasil é o de uma sadia brasilidade, a começar pelo reflorestamento, a conservação dos mananciais, para a garantia da nossa fauna, e assim possa haver meios de subsistência aos seus habitantes. Particularizando o sertão carioca, o fiz como exemplo dessa calamidade que abrange todo o território brasileiro.”*¹⁹

No contato com a representação do sertão idílico sedimenta-se o eixo básico de todo o proselitismo embutido no discurso de Magalhães Corrêa. A dicotomia urbano-sertanejo é uma característica dos processos civilizatórios, no entanto a matriz sertaneja deve conviver com a urbana, não devendo ser descaracterizada em sua essência. Neste ponto poderíamos definir que se situa a terceira parte da estrutura tríptica do cânone euclideano. “A Luta”, tão marcadamente presente em *Os Sertões*, deixa de ser um combate sanguinolento e real entre facções que representam modelos de civilização e de barbárie, para se tornar a epopéia da resistência cultural e material do *sertão carioca* diante dos avanços da modernidade. Homem das Luzes, Corrêa não abre mão da defesa dos princípios básicos da ocidentalização/modernização da sociedade brasileira, mas tampouco admite que estes venham a interferir drasticamente na dinâmica do mundo rural, portador da essência da nacionalidade.

Desta forma, o cronista passa a enumerar os inimigos diretos e perceptíveis do equilíbrio do ambiente sertanejo, arrolando os pontos de tensão entre um universo peculiar a ser preservado e a admirável voragem civilizatória. Ao longo de mais de vinte páginas da edição coligida pelo IHGB, Corrêa descreve a produção de carvão em Jacarepaguá. Aquele que poderia ser mais um dos capítulos descritivos e classificatórios das atividades humanas no ambiente sertanejo torna-se um libelo contra a destruição da essência sertaneja. Embora compreenda a extrema dependência da economia do Distrito Federal em relação ao combustível vegetal, o autor explicita como este fator interfere diretamente na ecologia do sertão. Fomentados pela demanda crescente pelo combustível, os carvoeiros haviam intensificado a partir da segunda metade da década de 1920 a produção do madeirame combustível em balões que se espalhavam pelas áreas montanhosas. Para suprir esta crescente indústria de transformação a devastação

¹⁸ *Idem.* p.58. O grifo não se encontra no original.

¹⁹ *Idem.* p.237.

das matas nativas começou a atingir índices perceptíveis, tornando regiões de vegetação densa em meros capoeirões. Alarmado, Corrêa não hesitaria em fazer deste aspecto uma sinalização clara dos riscos a que estava sendo submetido o *sertão carioca*, criando imagens veementes para acentuar a razão de suas preocupações:

*“Estes pobres trabalhadores não calculam o mal que fazem a eles e aos seus descendentes. O Nordeste teve as suas matas e, por culpa de seus habitantes, é, hoje, deserto.”*²⁰

Nas franjas do maciço da Pedra Branca se desenrolava a luta pela preservação incólume do ambiente rural carioca. As necessidades criadas pela modernização do centro urbano adjacente configuravam para a manutenção do idílico equilíbrio sertanejo um dilema irresolúvel: como aliar-se às forças do progresso sem ser por elas descaracterizado?

Mas estas não seriam as únicas ameaças com as quais se defrontavam os habitantes da região. A inserção de elementos estranhos ao ambiente sertanejo tendia a provocar um encontro cultural que alterava o universo de referências das populações locais. Na visão de Corrêa, o ingresso dos chamados “estrangeiros” no sertão gerava situações que desviavam as populações locais de suas funções essenciais, descaracterizando-as ou explorando-as de forma arbitrária. Os vilões se personificam em portugueses aproveitadores, italianos gananciosos e espanhóis ladinos que arrastam as comunidades nativas para os mais tenebrosos destinos, objetivando apenas o lucro fácil, auferido a partir da bondade e honestidade das populações locais. A prosa de Magalhães Corrêa é impiedosa na descrição destes elementos, representados como ícones-síntese de todas as mazelas do homem ocidental. Em muitos momentos este retrato desanda para a mais grotesca das caricaturas:

*“Certa manhã, um carreiro português - conhecido por Zé Ilhéu - ao passar pela rua Pinto Telles, atolou seu carro em um buraco, fazendo tudo para sair, o que não conseguiu. Desesperado, avançou para a junta de bois, dizendo: **bocês podem ter mais inteligência, mais força é que não têm; e***

*mordeu o focinho de um dos bois, sangrando-o, e só não continuou por causa do protesto de transeuntes.”*²¹

Em outros momentos a satanização do elemento estrangeiro chega ao extremo de construir sólidos estereótipos, capazes de assumir a responsabilidade por todos os males e irresponsabilidades:

*“Com a fiscalização, por parte da polícia, hoje em dia fazem os bicheiros um passeio a cavalo pela freguesia, e assim vão, diariamente, cavando o dinheiro e a miséria dos fregueses. Mas não são bem os bicheiros, e sim os intermediários, que ganham um ordenado certo, e quando presos, corre o processo por conta do patrão. Os banqueiros do bicho, sim, estão sempre a coberto, sempre portugueses e italianos, vendeiros ou geralmente proprietários, verdadeiros capitalistas.”*²²

Nada mais adequado do que esta construção para promover pelo vetor inverso do discurso a valorização das qualidades imanentes ao sertanejo. Se o estrangeiro é o reservatório de todas as características desfavoráveis do espectro das ações humanas, o homem do sertão é o símbolo máximo da pureza, da honestidade e da bondade. Urgia, portanto, estabelecer dispositivos eficazes de controle sobre o ingresso destes elementos nocivos naquele que era visto como o coração da brasilidade. Estabelece-se portanto um paralelo imediato com a pregação nacionalista das primeiras décadas republicanas, de autores como Alberto Torres, que identificavam no ingresso indiscriminado de imigrantes um dos fatores que teriam contribuído para o estado de anomia da sociedade brasileira e de dispersão de nossa nacionalidade.

Outra preocupação expressa por Corrêa era a da descaracterização do meio rural pelo ingresso de outro tipo de intrusos: os turistas oriundos da zona urbana do Distrito Federal. Um exemplo interessante pode ser detectado na descrição que o autor compõe do cotidiano das populações caiçaras da Barra da Tijuca:

²⁰ *Idem.* p.125.

²¹ *Idem.* p. 227.

“Na restinga de Jacarepaguá, na Barra da Tijuca, está situado um núcleo de pescadores da colônia, que exercem a profissão de transportadores de turistas, da margem do continente à restinga, atravessando o canal por meio de caíques, impulsionados pelo varejão: longa vara de bambú que se firma no leito do canal. Assim, nas horas vagas, exercem esta nova profissão, cobrando mil-réis por pessoa, pela passagem de ida e volta. Na restinga há várias casas de pescadores, feitas de sopapo, entre pitangueiras. À sombra destas, mesas e bancos para turistas e forasteiros que vão saborear sua matalotagem. Há, porém, um aviso numa tabuleta preta com os seguintes dizeres em branco: as mesas se pagam.

*Nesse ambiente originalmente ingênuo e encantador, onde a alvíssima e fina areia se transforma aqui e ali em dunas, aparecem encantadoras silhuetas de Eva, de maillot ou sunga, deixando-se beijar pelas águas límpidas dessa misteriosa mistura fluvial-marítima. Elas se transformam aí de mundanas em verdadeiras ninfas, nesses casabres de pescadores, os quais cedem os quartos da esposa e filhos para a mutação, como se fora um laboratório de Fausto, em troca de algumas poucas pratas.”*²³

Percebemos claramente os instrumentos utilizados na prosa para demarcar o sentido da transformação impetrada pelo contato entre elementos constitutivamente distintos. O ambiente “ingênuo e encantador” do sertão, que preserva um caráter de originalidade, de proximidade com as matrizes positivas da sociedade, é invadido por estranhos, turistas dispostos a viver horas de ócio e de prazer desregrado, da mais pura “matalotagem”. Os habitantes locais vêm-se forçados a uma adaptação abrupta para adequar-se às novas necessidades geradas por este ingresso de um novo contingente populacional flutuante. Transformam suas pequenas vendas em bares e tabernas, largam

²² *Idem.* p.235.

²³ *Idem.* p.57.

a pesca para transportar turistas e chegam a abrir as portas de suas próprias casas para satisfazer os intrusos. Neste momento, Corrêa constrói a imagem sublime das Evas das areias da Barra da Tijuca, prostitutas e “mulheres de má reputação” que atendem a seus “amigos” no ambiente bucólico da beira-mar, transformado em *locus* de encontros fortuitos. O autor impetra uma metamorfose na imagem da prostituta devido a sua inserção em um meio transbordante de força vital, redentora. Nas praias da Barra transformam-se de mundanas em ninfas, purificadas pela essência das coisas tipicamente sertanejas, portanto puras. No entanto este contato apresenta também a sua contrapartida, na perspectiva em que os vícios também tendem a deturpar as virtudes. Os sinais são dados pelo autor: o homem sertanejo abandona o seu labor “natural”, as choças se transformam em lupanares e os pios lares são profanadas e tornados impuros pela inserção das forças degeneradoras oriundas do mundo urbano.

Ergue-se uma vez mais a diatribe de Magalhães Corrêa contra os efeitos nocivos da profanação e da descaracterização do *sertão carioca*. O eixo de sua pregação é, como dissemos anteriormente, essencialmente preservacionista e conservador, infligindo ao cânone euclidiano uma nítida alteração em seu sentido primordial. Porém, neste processo, o autor acaba por denunciar implicitamente as contradições imanentes a este discurso. Dando continuidade à sua pregação das mazelas contra as quais se confronta o sertanejo, ele denuncia um quadro de descaso e abandono no qual se encontra a região e seus habitantes:

“Ao terminar estas observações que colhi, ainda que palidamente descritas, do sertão carioca, o fiz com a convicção de prestar um serviço aos nossos irmãos ignorados, que propositadamente denominei “sertanejos”.

*Abandonados completamente pelos poderes públicos, sem código rural, sem assistência médica eficiente, sem instrução adequada, vivem esquecidos nesta vasta região do Distrito Federal, como se não fossem brasileiros.”*²⁴

O caráter dúbio das reivindicações do autor deixam sua argumentação perante um dilema intrínseco: Luta-se por uma maior assistência pública para os habitantes das

regiões rurais, no entanto devem também ser empenhados esforços no sentido de preservar e isolar o sertão carioca dos efeitos nefastos do contato com o mundo urbano. Em suma, deve-se ou não promover a aculturação civilizatória destas populações? Em algumas passagens o repúdio a todas as formas nocivas de intercâmbio urbano-rural é tão enfatizado que chega-se a imaginar que o autor estaria investido de cavaleiro andante das cruzadas contra o progresso. Porém, toda a argumentação que está construída nas páginas do volume consagrado pelo IHGB pauta-se por uma compreensão da realidade mediatizada pela razão. Neste sentido, e compreendendo também as origens euclidianas da construção intelectual do sertão enquanto objeto de conhecimento rigoroso, o discurso de Magalhães Corrêa se caracteriza por uma sintonia fina com o debate intelectual de seu tempo, evidenciando, contudo, a tibieza de muitos de seus argumentos. A fé no avanço inexorável da razão e o cultivo da religião das luzes e do progresso obscureciam em muito o refinamento dos argumentos de alguns dos intelectuais brasileiros do período 1870-1930. Decalcada da formação social brasileira, caracterizada pelo patrimonialismo e por arraigadas estruturas estamentais de estratificação e hierarquização da sociedade, a *intelligentzia* do período produzia muitas vezes reflexões inócuas, completamente atreladas à marcha européia das idéias.

Os filtros que promoviam a seleção e adaptação das idéias estrangeiras às necessidades específicas dos discursos formulados no e sobre o Brasil muitas vezes geravam redundâncias e sobreposições conflitantes e inconciliáveis. No caso de Magalhães Corrêa duas fontes básicas enformavam seu discurso: o cientificismo e o romantismo. Ao mesmo tempo em que buscava formas de aliar-se ao seletivo grupo dos sacerdotes do progresso, defendendo padrões universais e racionais de apreensão do mundo, o cronista enveredava pelo campo semântico da construção ideal, gerando uma representação idílica, difusa, mas com pretensões de verdade científica. O embate sublimado entre estas concepções, que dentro do universo referencial próprio de Corrêa não lhe pareciam divergentes, era traduzido em suas formulações pela luta do “bom selvagem” sertanejo para manter sua suposta integridade cultural diante do assédio deturpador da civilização. O historicismo de cores românticas, patente na edificação do mágico e estacionário sertão como matriz primitiva da nacionalidade, incitava a pregação em favor do estabelecimento de um estatuto conceitual especial para o objeto

²⁴ *Idem.* p.237.

que era assim construído. A preservação deste espaço, imaginário em sua suposta objetiva concretude apreendida, condizia com a procura das origens últimas do referencial identitário do povo brasileiro. Conservar o sertão em sua atemporalidade significava refundar o Brasil, erigir outros referenciais para o norteamento da sociedade. No entanto, tomar a incumbência de efetivar esta proposta era confrontar diretamente o compromisso com o desenvolvimento civilizacional. A ambígua dialética do autor encaminha-se então para a definição de um fosso intransponível, para o congelamento daquela idílica brasilidade em limites restritos. Um museu pujante da essência nativa que, no entanto, tendia fatalmente a se esgotar.

Indicando a tensão latente em seu discurso, Magalhães Corrêa chega a afirmar ser inconcebível que se pratique nas escolas do sertão o mesmo programa didático formulado para as classes do Distrito Federal. No entanto, a proposta de adoção de um currículo voltado a atender as necessidades básicas e cotidianas da realidade sertaneja relegaria os habitantes desta região a uma definitiva não-inserção na marcha progressiva da história. A perspectiva ideal de uma reserva da nacionalidade, confinada até os limites desta possibilidade, recoloca a questão dos limites da proposta básica de Corrêa. A nostalgia do autor diante daquilo que era identificado como “nosso” continha também a noção de que mesmo estes elementos viriam a perecer para a consolidação da civilização nos trópicos. A prosa de *O Sertão Carioca* é assim a descrição emocionada do percurso de uma estrela cadente. Esquizofrênico em sua base, o projeto feérico de conservação da essência sertaneja fenecia também por sua própria incongruência. A viabilidade de sua pregação preservacionista talvez esteja melhor explicitada na evocação da imagem do Barão do Rio Branco, presente na introdução do volume:

*“O Barão do Rio Branco, que também era carioca, escrevia na **Grande Encyclopédie**; era nos centros cultos da Europa recebido entre carinhos e deferências, mas nem por isso abandonava também o seu cigarro de palha de milho creollo.”*

25

A conservação desta matriz primeva da nacionalidade talvez fosse muito melhor delimitada como um projeto estético do que em uma efetiva e formal proposta

de reordenamento da sociedade. As tensões irresolvíveis de Magalhães Corrêa, que evidenciavam as tensões e contradições de seu universo referencial, também encontravam-se em fase de gradativa extinção. O reordenamento do problema, nestes termos, era no entanto a bandeira dos modernistas, pretensos coveiros do Brasil academicista e romântico, mas, no entanto, verdadeiros construtores de outros sertões formais.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Luis Felipe. Caminhos do saber no Renascimento português (estudos de história e teoria da cultura). Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

BARROS, Roque Spencer M. de. A ilustração brasileira e a idéia de universidade. São Paulo, FFCL/USP, 1959.

CHARTIER, Roger. A ordem dos livros. Brasília, Ed. UNB, 1986.

CORREA, Magalhães. O Sertão Carioca. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1976.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

GALVÃO, Walnice Nogueira (org.) Euclides da Cunha. São Paulo, Ática, 1984. Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 45.

KRAMER, Lloyd S. *Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra* in HUNT, Lynn (org.) A nova História Cultural. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

LaCAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language. New York, Ithaca, 1983

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1990.

²⁵ *Idem*. p.8.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão. São Paulo, Brasiliense, 1989.

VENTURA, Roberto. Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil.
São Paulo, Cia. das Letras, 1991.